



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Trabalho profissional.

TRABALHO EM GRUPO COMO ESTRATÉGIA DE REFLEXÃO CRÍTICA PARA CONTRIBUIÇÃO DE PRÁTICAS EMANCIPATÓRIAS: A EXPERIÊNCIA DE UMA ASSISTENTE SOCIAL E UM COLETIVO DE PSICÓLOGAS NO PLANEJAMENTO, MONITORAMENTO E EXECUÇÃO DE OFICINAS COM FAMÍLIAS E COMUNIDADE NO CRAS SENHOR DOS PASSOS (BH/MG)

Taiane Queithe da Silva Faustino¹
Márcia Mansur Saadallah²
Luciana Viana Bossi e Lima³
Erick Teixeira Gonçalves⁴

Resumo: O trabalho a seguir relata a experiência de atividade coletiva em um CRAS em parceria com o Coletivo Articulando Redes. A ação foi executada no formato de oficinas do PAIF com mobilizações e articulações de atores sociais e equipamentos presentes no território. Possibilitou ampliar o olhar para práticas coletivas enquanto uma estratégia de proteção social e autonomia das famílias e comunidade.

Palavras-chave: Grupos, Serviço Social, SUAS, PAIF, Atividade Coletiva.

Abstract: The following paper reports the experience of collective activity in a CRAS in partnership with the Collective Articulating Networks. The action was carried out in the form of PAIF workshops with mobilizations and articulations of social actors and equipment present in the territory. It made it possible to broaden the view to collective practices as a strategy of social protection and autonomy of families and community.

Keywords: Groups, Social Work, SUAS, PAIF, Collective Activity.

Grupos e Serviço Social: Breve histórico

No decorrer dos anos o Serviço Social brasileiro pautou suas intervenções profissionais em três métodos distintos: caso, grupo, comunidade. Naquela época, a aplicação da prática de grupo teve como intuito a ajustar os “desajustados”, a ensinar às pessoas “novos comportamentos”. A funcionalidade positivista da dimensão pedagógica do trabalho do assistente social ficou em evidência. Abreu (2002) *apud* Moreira (2013) afirma que trabalho em grupo

¹ Profissional de Serviço Social. Prefeitura de Belo Horizonte. E-mail: <taianefaustino@pbh.gov.br>.

² Professor com formação outra áreas. Coletivo Articulando Redes. E-mail: <taianefaustino@pbh.gov.br>.

³ Profissional de outras áreas. Coletivo Articulando Redes. E-mail: <taianefaustino@pbh.gov.br>.

⁴ Profissional de outras áreas. Coletivo Articulando Redes. E-mail: <taianefaustino@pbh.gov.br>.

seguiu, durante este processo histórico, a perspectiva de “ajuda psicossocial individualizada” adequada aos traços do “Serviço Social tradicional”.

Ao longo do tempo, o Serviço Social passou por um complexo processo de renovação nos seus aportes técnico-operativos, ético-políticos e teórico-metodológicos, momento este intitulado de Movimento de Reconceituação do Serviço Social.

Desde então, o Serviço Social tem produções teóricas de amadurecimento que nos permite enfrentar o debate sobre o “fazer profissional”. lamamoto (2003, p.52) ressalta o desafio de “transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão da realidade”. Netto (1992) destaca que apesar do atual projeto ético-político do Serviço Social ter conquistado hegemonia no seio da profissão, isso não significa que este projeto esteja completo ou unânime.

O trabalho com grupos em Serviço Social passou por uma ressignificação a partir da intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional. Essa ressignificação tem traço diferencial da apropriação da teoria social marxista no conjunto de suas elaborações profissionais e obteve reflexos diretos na cultura profissional e aproximou a categoria de abordagens pedagógicas de Paulo Freire, como nos aponta Moreira (2013).

lamamoto (2003, 2008), Vasconcelos (1997) e Abreu (2002) apontam a dimensão educativa como algo inerente à profissão de Serviço Social. Contudo, o debate sobre o Serviço Social no trabalho com grupos e a função pedagógica do assistente social precisam ser debatidas pois esta “nova” requisição posta aos assistentes sociais pode levar à preservação da funcionalidade da profissão em controlar e instaurar ideologia de colaboracionismo e cooperação entre as classes, em novas roupagens. O que Abreu (2002) destaca como novo “conformismo”, de cunho subalternizante.

O Trabalho com grupo no Serviço Social deve objetivar a construção de uma pedagogia emancipatória pelas classes subalternas. Neste contexto, Vasconcelos (1997) explicita a relevância do trabalho do assistente social ser voltado para o processo de ampliação de visão de mundo dos trabalhadores a quem estes profissionais atendem. A autora destaca a importância de uma “prática reflexiva” que considera ser uma prática educativa, criativa, politizante que aponte a ruptura com o instituído.

O trabalho com grupos pode permitir que, por meio da reunião entre diferentes sujeitos, sejam realizados processos educativos de forma coletiva. E este processo deve ocorrer de forma socioeducativa de caráter emancipatório, para que possam produzir significativo potencial para trabalhar a partir da subalternidade intervenções que possibilitem reflexão críticas para transformações de independências.

O trabalho em grupo/ atividades coletivas nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS: Direcionamento Metodológico.

As abordagens teórico-metodológicas referenciadas à prática educativa para o trabalho social com famílias no SUAS, sugerem em suas orientações disponibilizadas na PNAS (2004), a pedagogia da problematização debatida por Paulo Freire como um instrumento válido a ser aplicado na educação popular, bem como a pesquisa-ação, desenvolvida junto aos indivíduos ou grupos que fazem parte do problema a ser observado.

De modo a contribuir na busca de abordagens metodológicas para o trabalho social com famílias no âmbito do PAIF, serão apresentadas duas abordagens metodológicas: a) Pedagogia Problematizadora, de Paulo Freire e b) Pesquisa-Ação. A escolha de tais abordagens deve-se à sua adaptação ao desenvolvimento do trabalho social, bem como por conter elementos que coadunam com os objetivos do PAIF. (BRASIL, 2012a, p. 88).

As classes subalternas (YASBEK, 2009), na maior parte das vezes, também não acreditam que são capazes de aprender por si mesmos, ou seja, não se julgam competentes o suficiente para produzir um pensamento crítico em relação à sua realidade e ao que lhe é apresentado; e o educador, ao invés de provocar o pensamento reflexivo e desafiar o aluno a usar sua própria inteligência, se limita a transmitir o que ele sabe talvez pelo simples fato de se julgar incapaz de repassar o que não é de seu conhecimento.

Destacando por este ângulo a premissa que as famílias e indivíduos, apesar de situações de vulnerabilidades e da recusa ao acesso a direitos e da autonomia que vivenciam, são sujeitos detentores de direitos, e, portanto, agentes sociais que a proposta pedagógica freiriana aponta como caminho a ser trilhado na política de assistência social.

Considerando que o pressuposto da pedagogia da problematização é o constante ato de desvelamento da realidade, mediado pelo diálogo, sendo possível neste processo reconhecer homens e mulheres como seres históricos, e por este motivo, capazes de lutar contra a opressão. É por meio desta problematização que a pedagogia freiriana questiona e debate a concepção de um sistema “não há nada que possa fazer” para assim romper com as práticas assistencialista e de subalternidade. Já que os propostos são executar Trabalho Social com Famílias - TSF através de ações que estimulem a participação das famílias e seus membros às reflexões sobre suas condições de vida, valorizem seus saberes e propiciem uma visão crítica do território, permitindo-lhes o reconhecimento do dever estatal a assegurar seus direitos, possibilitando vivências de experiências que fortalecem suas potencialidades, e assim, auxiliem no processo de conquista de cidadania e emancipação.

Para promover esta dinâmica, os documentos do SUAS apontam que a pedagogia problematizadora, pensada por Paulo Freire para o TSF, é necessária numa relação horizontal/dialógica entre profissionais e usuários dos Serviços, baseada na igualdade de saber técnico e das classes subalternas. Destaca que a principal ferramenta é a escuta “(...) *é preciso saber escutar(...)*”, considerar as famílias portadoras de saberes anteriormente adquiridos e como protagonistas de sua própria história. O TSF tem em sua abordagem metodológica orientações diversas de práticas pedagógicas emancipatórias para promoção de ações protagônicas que são executadas pelos sujeitos do SUAS.

A Proteção Social Básica tem como objetivo atender aos indivíduos em situação de vulnerabilidade social, e executam ações integradas às políticas setoriais – programas, projetos e serviços – para prevenir situações de riscos envolvendo as famílias, idosos, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes. Visa fortalecer os laços familiares e/ou comunitários, potencializando os recursos dos sujeitos com intuito de promover o protagonismo dos usuários.

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros e, ou fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, dentre outras). (BRASIL,2004; p.33)

O CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social. Possui em suas diretrizes um caráter preventivo, protetivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social existente, através da oferta de seguranças socioassistenciais de autonomia, renda, apoio e auxílio, acolhida e convívio familiar e comunitário. (BRASIL, 2011).

Neste sentido, sendo CRAS lócus privilegiados de base territorial junto às classes subalternas e tendo como direcionamento metodológico a execução de atividades coletivas é que a seguir apresentaremos uma das intervenções executada no CRAS Senhor dos Passos, localizado no município de Belo Horizonte – MG.

Articulando a Vila: a experiência de trabalho em grupo no CRAS Senhor dos Passos

Destacamos que a prática a seguir não se trata da primeira experiência de atividade coletiva/trabalho em grupo realizado por um assistente social neste CRAS. Mas, vale destacar que este equipamento passou a ser coordenado por uma gestora formada em serviço social (ano 2017, coordenação interina e, após processo seletivo interno, e aprovação em 2018 a 2020) e que era técnica neste CRAS. A experiência é marcada pela qualificação desta profissional ao longo de sua trajetória neste equipamento (desde outubro 2013 até presente momento) assim como o conhecimento aprofundado adquirido do espaço sócio-ocupacional, a compreensão da política social no qual está inserida (Política de Assistência Social) e o debate teórico-metodológico em torno de seu objeto, conforme aponta Mito (2009).

Durante sua trajetória no CRAS, a profissional conheceu a experiência do Coletivo Articulando Redes e a partir daí passou a acompanhar seu trabalho. O Coletivo Articulando Redes é composto por um grupo de psicólogas e estudantes de Psicologia que se propõe a desenvolver ações comunitárias, de mobilização e articulação social, visando a potencialização de redes autônomas e fortalecidas nas comunidades e territórios. Na oportunidade desse trabalho aqui relatado,

houve a oportunidade da contratação do coletivo, através da execução das oficinas do PAIF, para a realização dessa prática coletiva, em parceria com o CRAS. Essa parceria oportunizou ainda a construção de um trabalho interdisciplinar e coletivo entre o serviço social e a psicologia.

O trabalho aqui então realizado em parceria, parte da concepção de que a apreensão da realidade social vivenciada pelas famílias do território, o perfil dos usuários, as demandas que estes trazem e o próprio território, conforme explicita Milton Santos, muito mais do que a espaço físico ou o perímetro que delimita uma comunidade, bairro ou cidade, sendo um espaço permeado por relações sociais passadas e presentes, de forma específica de apropriação e interação com o ambiente físico, as ofertas e as ausências de políticas públicas, as relações políticas e econômicas que o perpassam, os conflitos e os laços de solidariedade nele existentes. Reconhece-se que as potencialidades ou vulnerabilidades de uma família ou indivíduo são determinadas pelo território no qual está inserida.

Considerando que no âmbito do SUAS – Sistema Único de Assistência Social está para a gestão do CRAS entre suas atribuições: o diagnóstico territorial; o planejamento, monitoramento e avaliação na perspectiva de articular as funções de proteção social, vigilância socioassistencial e defesa de direitos, coadunado com as seguranças socioassistenciais; e a articulação de rede: intersetorial e socioassistencial. É o planejamento, monitoramento e execução desta atividade coletiva do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF que será apresentado em seguida.

Cabe destacar que atualmente a Equipe Técnica do CRAS Senhor dos Passos está incompleta, o que tem envolvido diretamente a coordenadora no planejamento e na execução de algumas atividades do PAIF para apoiar a Equipe. Sendo assim, a coordenação planejou e está executando junto à equipe PAIF algumas atividades coletivas e individuais.

A oficina com famílias com ênfase na reflexão intitulada Articulando a Vila teve como motivo da ação: a comunidade da Vila que estava em processo de reorganização de seus representantes, e uma das propostas é revitalizar espaços públicos da comunidade, instituir associação de moradores, “criar” atividades para a juventude e crianças, entre outras demandas que a comunidade apresenta ao CRAS.

Nesta perspectiva, considerando que está para a proteção social básica o estimular a identificação das vulnerabilidades e recursos do território e seus impactos na vida das famílias, promovendo a reflexão sobre a realidade vivenciada, o fortalecimento das redes sociais de apoio, a identificação das articulações intersetoriais necessárias e a mobilização para a potencialização da rede de proteção social do território é que foi planejada esta oficina de reflexão que se desdobrará em uma oficina de ação para realização de um mapa falado a ser construído pela comunidade apontando a rede de serviços, programas e projetos da rede pública, assim como outros parceiros existentes no território que correspondam aos direitos por eles assegurados e aqueles que estão ausentes. Tal processo almeja a visualização da rede de proteção social presente no território e estimula a mobilização das famílias para a garantia dos seus direitos e fortalecimento das potencialidades e vínculos comunitários.

Tais ações propostas possuem o intuito de contribuir para a construção de novos conhecimentos; favorecem o diálogo e o convívio com as diferenças; problematizam as incidências de risco e vulnerabilidade no território; estimulam a capacidade de participação, comunicação, negociação, tomada de decisões; estabelecem espaços de difusão de informação; e reconhecem o papel de transformação social dos sujeitos.

Conforme preconiza o SUAS, o objetivo desta oficina de reflexão é proporcionar e melhorar a convivência social e grupal, fomentando os laços sociais e o protagonismo do indivíduo. Espera-se a mudança da forma de encarar sua realidade através de reflexões que favoreçam, principalmente, o fortalecimento comunitário; Promover o compartilhamento de experiências, o desenvolvimento das habilidades de negociação e mobilização, com vistas ao exercício do protagonismo e autonomia; Fomentar a reflexão sobre a importância e os meios de participação social, inclusive por meio do estímulo à participação nas atividades de planejamento do PAIF, bem como em espaços públicos de consulta popular e/ou deliberativos (comitês, conselhos, associações) para a garantia dos direitos e o exercício da cidadania.

Seguindo a orientação de atuar na Dimensão da Prevenção da Incidência que atua nas potencialidades das pessoas e suas famílias e comunidade. Nessa direção, as ações comunitárias assumem importante papel na prevenção das potenciais situações de vulnerabilidade e riscos sociais que podem incidir na

vivência das famílias, devido ao seu papel na divulgação e promoção do acesso a direitos, por sensibilizar as famílias fazendo-as reconhecer suas condições de vida, suas possibilidades de mudança, e as iniciativas já existentes para sua melhoria. Destaca-se que dada a característica própria da Proteção Social Básica Regional, a dimensão de Prevenção da Incidência possui limites e particularidades próprias.

As atividades do PAIF devem ser executadas diretamente pelo técnico de nível superior, mas estes podem ter apoio técnico (o que chamamos de oficinairos). Sendo assim, para esta atividade planejamos a execução com apoio técnico. E a coordenação criou a estratégia de no lugar de contratação um oficinairo para apoiar a atividade coletiva, a contratação do Coletivo Articulado Redes – no intuito de ter no grupo a expertise de um Coletivo na condução deste grupo.

A atividade foi proposta para um público de 25 a 30 pessoas atendidas pelo PAIF e moradoras da Vila Senhor dos Passos/"Buraco Quente". A metodologia propôs 8 oficinas com encontros periódicos a serem definidos pelos participantes, que optaram pela temporalidade de reuniões quinzenais. Este grupo teve seu início em 27/02/2019 finalizando em 12/06/2019 e o processo de fortalecimento de vínculos e articulação comunitária vem se concretizando ao longo destes encontros. A metodologia adotada pelo CRAS em conjunto ao Coletivo foi a de mapear as demandas dos moradores através de técnicas que enfatizaram as potências locais e articularam a rede comunitária e socioassistencial. Temos como resultado um grupo operativo que se fortaleceu, propôs ações novas e firmou parcerias com frentes de atuações já existentes no território através da ideia de fortalecimento de rede seguindo a metodologia de processos grupais e comunitários: "Eu – Eu no grupo – o Grupo – o Território – o Grupo no Território – as Potencialidades Grupais – as Identidades Coletivas – e o Território Em Rede".

O percurso realizado se inicia com um convite à participação em um grupo que visa contribuir para um espaço que possibilite o fortalecimento de vínculos, a percepção de diversas identidades e do sentimento de pertencimento comunitário através de afetos. Tendo como primeira técnica utilizada, a criação de uma Linha do Tempo, possibilitou-se pensar como fundamentação a ideia de reconhecer sua história no tempo, naquele território, em como suas experiências

impactaram no desenvolvimento histórico do local onde vivem e criam vínculos. No segundo encontro, montamos em conjunto uma árvore grupal que propunha o estabelecimento do grupo, através de combinados, do reconhecimento de suas próprias potencialidades e as da comunidade de forma geral, a fim de mapear as atores sociais reconhecidos pelos moradores. Na terceira oficina, trabalhamos os sentimentos de grupo em si, características semelhantes e diferentes e em como conviver com respeito e harmonia dentro de um grupo é importante para concretizar ideias e projetos da comunidade. Essa é a parte onde a noção do “Eu – Eu no Grupo – o Grupo” se estabelece e a partir disso pensamos os quarto, quinto e sexto encontros enfatizando “o Território – o Grupo no Território – as Potencialidades Grupais”.

A quarta oficina tem como principal técnica a confecção de um Mapa Falado, onde os participantes do grupo irão apontar os limites geográficos da Vila Senhor dos Passos expressando junto seus sentimentos de pertencimento e de reconhecimento no território. Foi desenhado um mapa cheio de becos, vielas, nomes novos e antigos dos mesmos locais, as diferenças históricas ocorridas na comunidade, os equipamentos das políticas públicas inseridas naquele espaço e os mais variados comércios, casas de compadres e as suas próprias, praças e locais de expressão das religiosidades. Para seguir este encontro, pensamos em formalizar as pessoas - e suas disponibilidades, histórias, desejos e afetos através da apresentação de uma síntese de demandas deste grupo que foram: a “Juventude, o “Muro de trocas”, o “Resgate da memória” e os “Grupos com mulheres/cultura”. Na sexta oficina, oficializamos as demandas, as possibilidades e os compromissos individuais, coletivos e dos equipamentos de políticas públicas em referência aos anseios da comunidade e às potencialidades locais. Com isso, seguimos para os sétimo e oitavo encontros baseados nas “Identidades Coletivas – e o Território Em Rede”.

Com os temas norteadores definidos, o grupo optou como forma de ação a realização da sétima oficina na Pracinha do Buraco Quente como foco principal às juventudes que vivem e transitam no território. Importante salientar que toda construção do processo parte da finalidade de mobilizar e ouvir as demandas de jovens com o objetivo de propor ações de continuidade. No processo de organização para este encontro destaca-se como base a iniciativa comunitária de moradores que assumiram grande parte das demandas, percebendo um

processo de envolvimento e autonomia para tomada de decisões. A oficina de ação na pracinha contou com a participação da rede como um todo, tendo representantes moradores (participantes ou não do grupo do PAIF), dos equipamentos das políticas públicas, de voluntários, de jovens e de projetos sociais locais. Durante o dia observou-se um forte envolvimento e interação da vila, e todos ali presentes, através das oficinas itinerantes e apresentação artística dos próprios moradores, sendo motivo para celebrar as demandas recolhidas, cumprindo as expectativas.

O oitavo encontro foi momento de avaliar e firmar os próximos passos, começando com a apresentação de um vídeo feito e editado por jovens da ocupação Pátria Livre a despeito do sétimo encontro. Foram lembrados ao grupo todo o processo vivenciado durante os quatro meses, firmamos as ações internas que o CRAS passará a ofertar, contribuir e/ou participar. Igualmente criamos frentes de ações comunitárias para dar continuidade em projetos existentes e, a partir do que foi construído, a comunidade fundou-se com o CRAS acordos para novos projetos, entre estes, oficinas audiovisuais, reabertura do telecentro, grupos de bordado e “Mostra da comunidade” onde pretendem-se apresentar ações concretas de melhorias na comunidade, estimular a cultura, troca de experiências e exposição de saberes e produtos advindos de ações locais.

Como proposta de continuidade das ações que fortaleçam e dialogam efetivamente com jovens do território, alçou-se a proposta de realização de quatro oficinas com “jovens protagonistas” que se baseia fundamentalmente na construção junto aos jovens de formas de mobilização, acolhimento, escuta e produção de eventos que possam reafirmar as identidades e histórias que se contam na Vila, além do objetivo de estabelecer vínculos e afetos a partir das demandas que eles trazem atrelado ao que já se é produzido na comunidade.

Considerações finais

Podemos perceber com essa experiência a importância do olhar ampliado, coletivo, interdisciplinar e intersetorial na prática da assistente social. Pudemos verificar como a construção de práticas coletivas de forma democrática, respeitando os diversos saberes, utilizando de linguagens e

expressões diferente, faz a diferença na ação comunitária. Aprendemos a valorizar mais os processos e a construção coletiva do que os produtos em si mesmos.

Importante ressaltar que a experiência do trabalho coletivo se fez presente também na equipe executora do trabalho. Quando o CRAS optou em contratar um coletivo de profissionais para desenvolver o trabalho, e não um único oficinheiro como habitualmente se faz, passou-se a trabalhar com uma equipe, que constrói junta também, as formas de agir. Dessa forma, não existia uma receita nem um plano muito fechado do que seria feito. Existiam objetivos, metas e rumo. Mas, o processo, as questões surgidas, as mobilizações, e principalmente, a abertura e confiança da equipe, fizeram com que o processo fluísse de forma mais coerente e horizontal. Isso mostra a importância do trabalho interdisciplinar, combinado e coletivo das equipes de profissionais, tão ressaltado em bibliografias ligadas ao estudo da NOB SUAS RH (BRASIL, 2006).

Assim, aprendemos que o fortalecimento de vínculos e a convivência são também fatores fundamentais no trabalho da equipe. Os afetos e emoções precisam ser compartilhados também nesse nível. Tal reflexão e diálogo são imprescindíveis, para que cada profissional dentro da sua área de saber e de acordo com sua competência e habilidade contribua para desenvolvimento do Trabalho Social com Famílias, sendo o CRAS um espaço privilegiado de ação interdisciplinar.

A experiência nos mostrou ainda como o fortalecimento de vínculos comunitários está diretamente ligada à proteção das famílias. Percebe-se que uma comunidade fortalecida e articulada, trabalhando de forma coletiva, potencializando seus saberes e ações, implica famílias mais bem atendidas e protegidas, ressaltando e valorizando a dimensão da Prevenção proposta ao CRAS; a segurança de autonomia; potencializando o desenvolvimento das potencialidades e aquisições próprias do território do CRAS Senhor dos Passos, conforme preconiza o SUAS.

Neste sentido, de acordo com as contribuições de Paulo Freire, este trabalho em grupo/atividade coletiva permitiu a possibilidade de reconhecer o mesmo valor para os conhecimentos acadêmicos (apresentados pelos profissionais do CRAS, do Coletivo Articulando, dos equipamentos do território) e para a experiência vivida (famílias e comunidades); ambos os saberes foram

colocados diante da finalidade de aprendizado e da proteção às famílias, comunidade e território. Sendo possível reconhecer este processo como práticas emancipatórias nas quais usuários e profissionais são sujeitos de conhecimentos e de direitos. Possibilitando a aquisição de novos saberes e ampliando a autonomia da comunidade, fortalecimento de vínculos comunitários e conseqüentemente construção coletiva de proteção social às famílias desse território.

Referências

ABREU, M. M. **Serviço Social e a Organização da Cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. 4. ed. São Paulo. Cortez: 2011.

BRASIL, **Lei Orgânica da Assistência Social**. Lei nº 8.722 de 7 de setembro de 1993.

BRASIL, **Constituição da República Federativa Do Brasil**. Título VII. Da ordem social, Capítulo II, Seguridade Social. Diário Oficial da União. Brasília, 1988.

BRASIL, **Lei do SUAS**. Lei 12.435 de 6 de junho de 2011 que altera a Lei 8.742 de 1993. Diário Oficial da União. Brasília, 2011.

BRASIL, **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

BRASIL, **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS**. Brasília, 2006.

BRASIL, **Norma Operacional Básica do Sistema Único De Assistência Social, NOB SUAS**, Brasília, 2012.

BRASIL, **orientações técnicas sobre o PAIF**. Vol. 2. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. 1ª edição, Brasília, 2012.

BRASIL. **Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2013.

BRASIL, **Fundamentos ético-políticos e rumos teórico-metodológicos para fortalecer o trabalho social com famílias na política de assistência social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2016.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IAMAMOTO _____, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MIOTO, Regina C. **Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias**. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Pag.497-512. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MOREIRA, Carlos F. Nunes. **O Trabalho em grupo em Serviço Social. A dinâmica de grupo como uma estratégia para reflexão crítica**. São Paulo: Cortez, 2013.

RAICHELLIS; Raquel. **Intervenção profissional do assistente social e condições de trabalho no suas**. In: Serviço Social & Sociedade. Nº 104. SP. Ed. Cortez. São Paulo, 2010.

YAZBEK, M. Carmelita. **Classes subalternas e Assistência Social**. Editora: Cortez. São Paulo, 2009.